

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR - UM CAMPO EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO

Reproductive strategies in family farming – a field in permanent construction

Estrategias reproductivas en la agricultura familiar – un campo en permanente construcción

Ezequiel Redin¹

Universidade Federal de Santa Maria - Brasil

RESUMO

O trabalho objetiva analisar e compreender as estratégias de reprodução da agricultura familiar, sob a ótica das estratégias produtivas, verificando como acontecem as escolhas em curto prazo, no que se refere às atividades agrícolas que promovem o ingresso financeiro na propriedade, consubstanciado pelas formas de autoconsumo. Para tanto, utilizamos de uma densa revisão sistemática dos estudos sobre estratégia, tomada de decisão, racionalidade e reprodução social com a finalidade de compreender o comportamento das famílias agricultoras. Através dessa revisão foi possível identificar que os atores rurais são influenciados por inúmeros elementos na tomada de decisão sobre a atividade produtiva e sua inserção no mercado convencional.

Palavras-chave: estratégia de reprodução; tomada de decisão; racionalidade; agricultura familiar.

ABSTRACT

The paper aims to analyze and understand the reproductive strategies of family farming, from the viewpoint of production strategies, seeing how the choices happen in the short term, with regard to agricultural activities that promote the entry in the property finance, embodied by the forms of self. We used a dense systematic review of studies on strategy, decision making, rationality and social reproduction in order to understand the behavior of farm families. Through this research, we found that rural actors are influenced by numerous factors in decision making on production activities and their integration into the conventional market.

Keywords: reproduction strategy; decision making; rationality; family agriculture.

RESUMEN

El documento tiene por objeto analizar y comprender las estrategias reproductivas de la agricultura familiar, desde el punto de vista de las estrategias de producción, al ver cómo las elecciones sucederá en el corto plazo, con lo que se refiere a las actividades agrícolas que promuevan la entrada en la financiación de la propiedad, consagrado por las formas de auto. Se utilizó una revisión sistemática de estudios de densidad en la estrategia, la toma de decisiones, la racionalidad y la reproducción social con el fin de comprender el comportamiento de las familias campesinas. A través de esta investigación, se encontró que los agentes rurales se ven influidos por numerosos factores en la toma de decisiones sobre las actividades de producción y su integración en el mercado convencional.

Palabras clave: estrategia reproductiva; la toma de decisiones; la racionalidad; la agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito analisar e compreender, sob a ótica analítica, as estratégias de reprodução na agricultura familiar. Buscamos construir, concomitantemente ao referencial teórico-analítico, a perspectiva dialética das estratégias de reprodução da agricultura familiar, tomando como base a compreensão em torno do município de Arroio do Tigre/RS. São conceitos e noções teóricas que consubstanciam o processo, bem como se apresenta como um quadro analítico importante para a

compreensão dos fenômenos que envolvem a multiplicidade do meio rural.

As estratégias de incremento de produtividade e produção em larga escala de produtos agrícolas têm provocado, na última metade de século, uma intensa diferenciação social no rural, excluindo agricultores com restrições de terra, pouca eficiência, baixa capacidade de incremento tecnológico e com limitações financeiras para investir na atividade. Este cenário acabou consolidando uma crise do modelo fordista, calcado em economias de escala, afetando principalmente os agricultores familiares, submetidos a problemas estruturais

(tamanho da propriedade, infraestrutura e a posse da terra), limitações exógenas (legislação ambiental, incapacidade de regulação da oferta e demanda e outros), surgindo a necessidade de evocar a figura do Estado como capaz de “salvar” este segmento social.

A intervenção estatal ocorre em um contexto em que se desnudam suas próprias debilidades, seja na insuficiência de instrumentos político-administrativos: baixa capacidade efetiva de atuação nos preços mínimos, diante da instabilidade do mercado, e dificuldades no fornecimento de assistência técnica estatal, evidenciando disfunções dos programas pelos agentes de desenvolvimento e atores rurais. Além disso, verificam-se contornos que dificultam alcançar bons níveis de rentabilidade no rural, tal como se apontam na sistematização de Pinheiro e Carvalho (2003), os problemas da agricultura podem ser distribuídos em quatro: a) baixos rendimentos da atividade agrícola; b) variabilidade dos preços e das produções; c) problemas estruturais; e d) dilapidação dos recursos naturais.

Dentro dessa perspectiva, debates contemporâneos têm surgido em torno da condição das famílias agricultoras, tal qual expressa Redin e Silveira (2011) quando faz menção a duas concepções: a) aos primeiros, habituados a um discurso que busca homogeneizar os agricultores sob o rótulo de empresários rurais cada vez mais sintonizados com o mercado, soa como heresia falar em características camponesas na agricultura, pois isso se vincularia a um passado que o desenvolvimento das forças produtivas deixou

para trás; b) aos segundos, mesmo defensores de uma agricultura de base familiar, falar em campesinato é desconstituir essa categoria como tipo de agricultura capaz de responder às demandas da sociedade, de produzir alimentos a preços acessíveis para a maioria da população e de gerar trabalho e renda no espaço rural, de modo não somente viável como funcional ao sistema capitalista.

Independente dessa reflexão, a agricultura está fortemente relacionada à existência de canais de comercialização para escoar o excedente de produção. Diante do sistema industrial, movido por condicionantes internos e externos os agricultores optam pelas atividades que, teoricamente, tem a possibilidade de remunerar de forma justa o trabalho empregado na atividade. Entretanto, as flutuações do mercado agropecuário, os programas de incentivo e as dificuldades relativas ao setor impõem uma dinâmica que emprega um risco eminente à atividade agrícola. Os agricultores na ânsia de minimizar tais ímpetus usam diversas estratégias diante do cenário atual (REDIN, 2011).

Para construção dessa reflexão, o artigo abordará em um primeiro momento as estratégias de reprodução como campo de análise, discutindo conceitualmente o termo estratégia e estratégia de reprodução no meio rural e suas interações. A seguir tratamos de trabalhar com a tomada de decisão e reprodução social com a finalidade de compreender o comportamento das famílias agricultoras.

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO COMO CAMPO DE ANÁLISE

Os estudos sobre as distintas estratégias de reprodução tanto agrícola, econômica ou social continuam marcadas por uma situação de muita complexidade e indistinção sobre o constructo teórico que ampara a noção que abordaremos. Verificamos que, cada vez mais, o espaço é dedicado a estudos de estratégias de reprodução dos agricultores familiares, contudo, a atenção sobre as estratégias produtivas, ainda dão margem para estudar e compreender como acontecem as escolhas em curto prazo, no que se refere às atividades agrícolas que promovem o ingresso financeiro na propriedade, consubstanciado pelas atividades de autoconsumo. Buscamos, nesse momento, iniciar a construção de um quadro analítico com base nos elementos que impulsionam o agricultor em sua tomada de decisão sobre as distintas possibilidades que podem contribuir na escolha das estratégias de reprodução, onde esforçamo-nos a complementar a análise dos diferentes autores, a partir da leitura inserida doravante. A fundante analítica deste tópico, então, veio de uma observação clássica dos estudos das ciências sociais agrárias sobre as diferentes formas de desenvolvimento da agricultura familiar e as diferentes estratégias de reprodução (possíveis) adotadas pelos agricultores.

Estratégia, palavra que desperta atenção quando suscitada, talvez por seu possível caráter representativo, na condição de resolução de problemas ou por carregar simbolicamente a forma pela qual se possa alcançar determinado propósito, ainda em processo de investigação,

busca de um caminho ou alternativa para sua solução. Adjacência legada do âmbito militar quando na oportunidade planejava determinadas ações, considerando os recursos disponíveis, para envolver seus adversários em uma armadilha que possibilitasse seu domínio do território, objetivo final deste. Na busca hermenêutica da palavra estratégia, o Dicionário Aurélio conceitua-a como: “s.f. Militar arte de planejar operações de guerra / Arte de combinar a ação das forças militares, políticas, morais, econômicas, implicadas na condução de uma guerra ou na preparação da defesa de um Estado/ Arte de dirigir um conjunto de disposições: estratégia política...”. O conceito foi apropriado nas reflexões das ciências sociais aplicadas como um dos elementos que compõem o sucesso das organizações, instituições públicas ou empresas particulares. Ghemawat (2007), importante teórico das ciências sociais aplicadas, que estudou as origens da estratégia, aponta que a história do pensamento estratégico-empresarial foi afetada, de múltiplos modos, por reflexões e conceitos militares. Desse modo afirma:

Estratégia é um termo que remonta aos antigos gregos, que usavam a palavra *strategos*, da qual deriva, para designar o magistrado-chefe ou o comandante-chefe militar. Ao longo do tempo, refinamentos do conceito de estratégia continuaram a se centrar nos aspectos militares do termo. Na primeira metade do século XIX, a tentativa de síntese de Carl von Clausewitz é um exemplo especialmente notável: escreve que, enquanto ‘a tática...[envolve] o uso de forças armadas no confronto, a estratégia [é] a utilização de confrontos no tocante ao objetivo de guerra’. A adaptação da terminologia estratégica a

um contexto comercial, entretanto, teve de esperar o cenário da Segunda Revolução Industrial, que iniciou na metade final do século XIX, mas realmente só deslanchou no século XX (GHEMAWAT, 2007, p.16).

Neste campo de estudo, a estratégia é entendida como um artifício de competição, meios que, grosso modo, proporcionam vantagens em relação a seus concorrentes diretos ou indiretos, designado o futuro da organização. Segundo Ghemawat (2007), alguns dos primeiros textos acadêmicos sobre estratégia emergiram de economistas renomados, como John Commons (1934), Ronald Coase (1937), José Schumpeter (1942) e Edith Penrose (1959), Smith Jr. e Christensen (1950), Hendrews (1950), Ansoff (1965), entre outros menos influentes. Por conseguinte, diversas são as abordagens, sejam elas convergentes ou divergentes, no campo da gestão empresarial, como pontua Nicolau (2001), onde faz uma compilação dos diversos conceitos e a linha de raciocínio de diferentes teóricos sobre o marco conceitual de estratégia, aplicado a área empresarial, como Chandler (1962); Learned, Christensen, Andrews e Guth (1965); Ansoff (1965); Katz (1970); Andrews (1971); Steiner e Miner (1977), Hofer e Schandel (1978); Porter (1980); Jauch e Glueck (1980); Quinn (1980); Thietart (1984); Martinet (1984); Ramanantsoa (1984); Mintzberg (1988a) e Hax e Majluf (1988). Da definição expressa, sob compreensão da sociologia, Ghemawat (2007) afirma que pela análise da construção teórica, parece ter sido o campo acadêmico que mais desempenhou influência sobre as primeiras formulações do conceito de estratégia nos

negócios, especialmente pelo esforço dos docentes das escolas de administração¹.

No contexto deste trabalho, remetemos o uso do conceito para o campo das relações que compreendem as famílias agricultoras e suas formas de desenvolvimento no meio rural em contraste com as relações internas e externas a propriedade, propriamente dita, tomando como base empírica o caso das famílias agricultoras de Arroio do Tigre². A estratégia, em relação aos produtores rurais, segundo Marini e Pieroni (1987) é compreendida pelo efeito das preferências momentâneas em relação a seu entorno social. Existe uma estratégia familiar para o uso e distribuição de recursos, até mesmo para a mão de obra na propriedade (MARINI E PIERONI, 1987). Em outras palavras, a estratégia é fruto de decisões tomadas em determinados contextos influenciadas por diversos elementos no tempo e no espaço. Em face dessa consideração, evidentemente, que as estratégias são influenciadas por inúmeros fatores sociais, culturais, político-institucionais, econômicos, religiosos, legais, ambientais, etc. (relações externas); fatores estruturais, ambientais, de localização, saber fazer intergeracional, sociais familiares (relações internas), entre outros.

As relações na agricultura se mostram como um processo dinâmico, portanto não estático, sofrendo diferentes influências, de acordo com cada peculiaridade. Essa multiplicidade e heterogeneidade constante denotam diferentes formas e racionalidades vinculadas à propriedade e as experiências anteriores, bem como o contexto macro que dinamizam, em

mais ou menos, na tomada de decisão por determinadas estratégias na sua unidade de produção, de acordo também a uma forma de gerir mais integrada ao mercado ou mais autônoma. Em outras palavras, cada realidade na agricultura familiar, pode ser encarada de forma distinta, portanto, com estratégias diversas para conduzir sua reprodução no meio rural.

A terminologia no campo da agricultura familiar, contexto adotado neste trabalho, já era discutida pelos clássicos dos estudos rurais, como Kautsky (1972), Lênin (1982), mas principalmente, Chayanov (1974), Tepicht (1973) e Bourdieu (1994). As análises nas ciências sociais da Europa já vinham discutindo subjetivamente as estratégias, quando Bourdieu (1994) decide analisar as diferentes estratégias de reprodução social na agricultura da França. Estas análises, teoricamente, vinculavam as formas de desenvolvimento dos camponeses no meio rural. Neste sentido, reportamos para a reprodução social dos agricultores, noção que é resultante do leque de alternativas disponíveis que conduzem as decisões dos agricultores e torna-se prioridade dos extensionistas e gestores públicos. Habitam nessa análise milhares de autores, mas, evidenciamos, principalmente, as contribuições de Bourdieu nessa temática. Para Bourdieu (1994) é importante, na compreensão sobre reprodução social, abdicar a visão estruturalista imbricada no mundo social, onde a submissão a determinadas normas e regras institucionais resulta em uma relação de dominação.

No dicionário Aurélio, reprodução é “Ato ou efeito de reproduzir”. Nesse amplo espectro, podemos ter várias adjetivações ao termo. No sentido, Edholm, Harris e Young (1977) *apud* Brumer e Anjos (2008) pontuam que a terminologia, possui três níveis: a) reprodução humana ou biológica; b) reprodução da força de trabalho; c) reprodução social como reflexo das condições de produção social na sua totalidade. Continuando nas ponderações de Brumer e Anjos (2008) citando Jelin (1995) caracterizam as três dimensões de forma, um pouco diferente, quando distinguem elas em: a) reprodução biológica significa ter filhos no plano familiar e no âmbito social se refere aos aspectos sócio-demográficos da fecundidade; b) reprodução cotidiana é assegurar a população existente através de tarefas vinculadas ao trabalho e a produção para o autoconsumo; c) a reprodução social em si.

Voltando ao termo estratégia, Bourdieu (1994, p. 13) entende como “ensembles d'actions ordonnées en vue d'objectifs à plus ou moins long terme” (“os conjuntos de ações ordenadas com vista a objetivos de mais ou menos a longo prazo”). O autor tenta romper um pragmatismo já estabelecido, considerando as estratégias como conscientes, mas que pode agir com as limitações estruturais que enfrentam os agentes sociais e, ao mesmo tempo, como a possibilidade de respostas ativas para estas restrições. No documento que faz essa afirmação, Bourdieu conecta os termos “estratégia” e “reprodução social”, usando a expressão “sistema de estratégias de reprodução social”, para elencar as diferentes formas

possíveis de desenvolvimento dos agricultores familiares. O sistema de estratégias de reprodução social, conforme Bourdieu (1994), é determinado por um grupo de estratégias pelas quais a família procura se reproduzir biológica, e, principalmente, socialmente.

Mediante esta análise, Bourdieu trabalha com diferentes classes no que tange as estratégias: a) estratégias de investimento biológica: elenca as estratégias de fecundidade, matrimoniais, celibato, etc.; b) estratégias de sucessão, onde objetiva a transmissão do patrimônio familiar entre as pais e filhos (herança, gerações); c) estratégias educativas, envolvem o uso da educação e conhecimento formal (escolas) e a ética que determinam o comportamento da família; d) estratégias de investimento econômica, que estão dirigidas ao aumento de capital em suas diferentes espécies, que podem envolver relações sociais como as estratégias matrimoniais e a reprodução biológica; e) as estratégias de investimento simbólico, envolvem o reconhecimento, as percepções, as aparências do grupo familiar, tencionando positivamente, perante as pessoas da sociedade.

A reprodução social na agricultura pode ser compreendida por várias lentes, algumas delas multifocais, isto é, abrangem um espectro maior e interligado, onde as formas de atuação dos atores, tomando como pressuposto o futuro desenvolvimento da família, podem ser múltiplas. Às vezes, se poderão ter linhas teóricas que envolvem uma análise das famílias agricultoras pelo uso do conhecimento técnico como estratégia, outrora, outros elementos

podem explicar sua reprodução, vinculando a questões estritamente sociológicas, ou ainda, antropológicas, e assim por diante. Circundam também, nesse foco analítico, elementos econômicos e não-econômicos que descrevem a partitura na tomada de decisão dos agricultores.

Seguindo, um dos focos analíticos, parece-nos evidente compreender que as estratégias de reprodução da agricultura familiar abrangem, ao menos, dois pontos muito influentes nessa análise: a) elementos econômicos e b) elementos não-econômicos que conduzem as escolhas, a racionalidade ou mesmo a partitura dos agricultores na sua tomada de decisão. Por isso, a sistematização de Almeida (1986) onde comenta sobre as questões econômicas e extra-econômicas nos chamou a atenção, por evidenciar estudos no meio rural que entendem as famílias camponesas como proprietários e arrendatários que usam prioritariamente a mão de obra familiar e pouco capital, como Santos (1978); Heredia (1979); Meyer (1979); Moura (1978); Neves (1981); Garcia Jr. (1983), Seyferth (1985); Woortmann (1984); Brandão (1982). Alguns estudos voltados para os trabalhadores rurais que residem em cidades, tendo ou não acesso a parcelas de terra Stolcke (1985); Sigaud (1981); Oliveira (1983). A distribuição espacial, as pesquisas anteriores focalizaram o Nordeste: Heredia (1979); Meyer (1979); Neves (1981); Garcia Jr. (1983), o sertão do Sergipe, Bahia e Goiás: Arames (1975), Woortmann (1984); Fukui (1981) e o Centro-Sul em Moura (1978); Fukui (1979); Santos (1978); Seyferth (1979). Almeida em 1986, afirma que as áreas de fronteira foram pouco estudadas até então, com uma análise

menos explícita da família em Velho (1976); e Soares (1981).

Os trabalhos centrados na questão econômica estão concentrados, na visão de Almeida (1986), a partir da ideia de um modo de produção camponês, com a natureza da família enquanto esqueleto externo desse. Estas pesquisas pressupõem compreender como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, ajustando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo, assim trata-se do que se tem apontado de reprodução, mas de uma reprodução de ciclo curto, anual. Essa perspectiva é movida pela lógica econômica da família, que mantém as famílias via trabalho e consumo.

Em nossa imersão empírica, verificamos, dado o destaque para a produção tabagista, que a estratégia de reprodução econômica de ciclo curto, anunciada por Almeida, é sempre mencionada como uma das principais formas de reprodução da propriedade rural, sendo que, numa visão unilateral, isso pode ser conduzido pelo sistema de integração com as agroindústrias processadoras, uma vez que, os acertos financeiros devem ser computados anualmente, ao final de cada safra. De certo modo, a lógica do capital pode conduzir a estratégia dos agricultores a pensar no imediato, no ciclo curto. Pela abordagem da influência do capitalismo na agricultura, John Wilkinson (1986, 2002), usando de um enfoque kautskyano explica esse processo de subordinação do agricultor ao capital; e Goodman, Sorj e

Wilkinson (1990) analisam o processo de apropriação pela indústria das tarefas agrícolas. O célebre geógrafo brasileiro, Milton Santos (1996), frisa que a racionalidade do capital se amplia por todos os espaços, no entanto, gera contra-racionalidades, em um processo complexo e dinâmico, no qual a heterogeneidade dos modos de vida e de ação é muito mais marcante do que a homogeneidade.

Outras pesquisas buscam apontar como a unidade familiar (ou conjunto delas) se reproduz no ciclo geracional, isto é, como famílias se perpetuam no tempo/espaço, o que podemos chamar de um ciclo longo, segundo Almeida (1986). Para o autor, o escopo dessa perspectiva é a lógica de parentesco que perpetua famílias pelo nascimento, casamento, morte e herança. Na contribuição geral dessas pesquisas, Almeida afirma que no lugar da concepção opaca de funcionalidade macroeconômica da família rural para o capital, surge a ideia de reprodução da família para si, no curto e no longo ciclo, articulada com sua inserção na sociedade capitalista. Uma forma de expressar tudo isso é afirmar que famílias seguem estratégias micro (de curto e de longo prazo) como resposta a pressões macroeconômicas e políticas. As pressões do ambiente exógeno, denominamos de influências externas.

Outra sistematização teórica, trazendo a reflexão das estratégias de reprodução para o campo das sociedades rurais, Ribeiro e Galizoni (2007), fundamentados nos ensinamentos de Schultz, perceberam que foi através dele que muitos outros conseguiram elucidar a dinâmica própria

e as relações específicas que parte do meio rural mantém com a sociedade inclusiva, pois a ação econômica, advertida a ambiguidade do conceito tem por objetivo reproduzir família e terra, assim sendo, dispõe de recursos culturais, humanos, materiais e naturais num conjunto de ações lógicas, designadas estratégias de reprodução, que abrangem desde a inserção nas agroindústrias integradoras, Santos (1978); Lovisoló (1989) até o planejamento do consumo familiar Heredia (1979); Brandão (1981); desde o ciclo emigratório para formar patrimônio Garcia Jr. (1989); Woortmann (1990) até o uso adequado dos recursos naturais Almeida (1988); Godoy (1998); bem como, a eliminação planejada de herdeiros Moura (1978); Galizoni (2002) ou a inclusão das atividades não-agrícolas Amaral, (1988); Schneider (2001). Sucessivamente, serão estratégias assinaladas pela conexão de fatores disponíveis, reajustando recursos que seriam inúteis em outras sociedades rurais.

A reprodução social da agricultura familiar, como pontuado, envolve a compreensão de múltiplos fatores, comportamentos e racionalidades determinados pelo seu contexto seja ele ponderado aos elementos internos que determinam as ações da família ou pelos condicionantes externos que implicam em alterar o caminho a ser seguido. A relação da decisão de toda a família de como se reproduzir é vulnerável pela influência dos fatores externos, como daqueles fenômenos que acontecem dentro da porteira. Inferir que uma decisão é voltada unicamente para uma dimensão é ignorar os elementos subjetivos que explicam a continuidade da agricultura familiar.

A TOMADA DE DECISÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Por tratar diretamente de estratégias de reprodução dos agricultores familiares, carecemos compreender de forma breve por quais vias circundam as noções analíticas sobre o resultado final da família, isto é, a escolha de uma determinada estratégia de reprodução (seja ela em termos produtivos ou não). Nesse sentido, tomamos conhecimento da teoria comportamental que busca, em certa medida, tentar suprir essa constatação pela sua posição explicativa e descritiva, com as colaborações de Simon (1979), principal autor nesta teoria considerando suas contribuições sobre os estudos da tomada de decisão organizacional. Para ele, as decisões são mais que simples suposições factuais, buscando um futuro estado de coisas, podendo essa descrição ser verdadeira ou falsa, baseado no sentido empírico. No entanto, possuem também uma qualidade imperativa, pois optam um estado de coisas futuro em detrimento de outro, e guia o comportamento rumo a alternativa escolhida. Toda decisão incluem dois tipos de elementos: a) elementos de fato e b) elementos de valor.

A abordagem comportamentalista integra clássicos importantes como o principiante Watson (1910, 1925), mais tarde, vai comportar o surgimento, no final da década de 40, com o principal cientista nesta área, Simon (1945, 1950, 1958, 1960, 1979), além da motivação, de acordo com as necessidades humanas por Maslow (1954, 1962), entre outros. Destacamos a hierarquia das necessidades, proposição muito difundida, que considera o comportamento influenciado por uma hierarquia de importância

sob o atendimento das necessidades mais básicas (necessidades fisiológicas) e no topo, as necessidades mais elevadas (auto-realização) que os indivíduos buscam atender (CHIAVENATO, 2000). Diante desta noção que explica, em parte, as ações tanto dos indivíduos como especialmente, nesse caso, das famílias agricultoras, o atendimento das necessidades primárias que fornecem suporte para o investimento em necessidades de grau mais alto na escala de Maslow.

Influência, termo intangível que designa a possibilidade de modificar determinada ação de um indivíduo. Ela pode agir de várias formas em trânsito com as condições sociais, ambientais, econômicas, políticas, culturais ou mesmo pelas relações da família, da alocação de fatores (do ambiente interno), assim por diante. Através dos aspectos influenciadores, o representante - ou a família rural - decide sobre quais as ações mais aptas para o momento. Esta decisão poderia fazer parte da racionalidade dos produtores. O termo racionalidade no Dicionário Aurélio, significa: “caráter do que é racional: a racionalidade de um fato científico / conformidade com a razão”. Isso delimita um campo ambíguo do que, supostamente seria a razão, quando se trata de compreender as ações dos agricultores familiares, sendo que, para uma família que tem objetivos de auto-sustento familiar sua racionalidade pode envolver fatores não-econômicos, outrora, seria irracional pensar desse modo, se considerar uma agricultura mercantilizada, onde as ações e os fatores de produção são voltados, em certa medida, para a comercialização.

Nesse último, chamamos a atenção para a industrialização da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1982) e incorporação da agricultura à lógica industrial (MULLER, 1989). Esse foco analítico entende que o agricultor move sua racionalidade pensando na lógica do capital. Hauresko (2007, p. 64) estudou a racionalidade do sistema de produção agrícola dos camponeses integrados à indústria do fumo alegando que a produção agrícola muda muito nesse momento de transformação do rural: “A esta se impõe uma ‘racionalidade’, ou seja, implanta-se o império do tempo cronometrado, a adoção de novas técnicas, a cidade passa a regular toda a produção, o capital financeiro passa a atender as necessidades (...) ampliam-se as exigências de racionalidade no campo”. A razão está, nesse momento, voltada estritamente para as relações com o mercado, sendo que, mesmo nessa concepção a família dispõe, além dos elementos econômicos, de elementos que consideramos como não-econômicos que vão conduzir seu comportamento, elucidada pelas noções da Nova Sociologia Econômica (NSE). Fligstein (2001) afirma que a característica mais preponderante nos mercados contemporâneos é a sua estabilidade, então os atores sociais não desejam preços instáveis e muito menos uma competição muito forte, preferindo mercados mais estáveis, sem muitas surpresas.

Tomamos por exemplo, a realidade dos agricultores familiares de Arroio do Tigre (maior produtor sul-brasileiro de fumo tipo Burley), frente às possíveis restrições que podem fornecer limitações a esse tipo de tabaco do mercado. Em reportagem do dia 24 de

setembro de 2010, no jornal Gazeta da Serra (p. 22), intitulado: “Arroio do Tigre é destaque no cultivo de Burley”, menciona que segundo informações do Secretário da Agricultura, o anúncio da possibilidade de prejuízos à produção faz com que muitos agricultores iniciem a migração para o fumo tipo Virgínia. A estimativa indicou que, em dois meses, foram realizados 98 terraplenagens para a construção de estufas, buscando alternativas para permanecer na fomicultura. Nesse caso, a questão do fumo tipo Burley (cultivo ou mudança de tipo de fumo ou outra atividade agrícola) impacta nas estratégias (alternar de um tipo de fumo para outro, continuando a produção), mas, talvez, espelha uma necessidade (expressiva) dos agricultores por segurança, pois este elemento deve ser contemplado quando se trata de estratégia, principalmente, de agricultores familiares. Complementando, Paulilo (1990) afirma que a segurança também é um elemento fundamental na relação com a empresa integradora pela comercialização garantida, recebimento e assistência técnica.

Com base nessas afirmações, notamos que os agricultores familiares produtores de tabaco avessos a riscos procuram condições para que sua reprodução econômica seja menos instável e, portanto, assume relevância a segurança do mercado oferecida pelo comércio tabagista, diferente dos outros sistemas de produção que existem uma flutuação de preços discrepantes. Autores como Bourdieu (2005), Fligstein (1990, 2001 e 2007), Swedberg (2004), Vinha (2001), Granovetter (1973, 1985, 2007), Polanyi (1992),

entre outros, discutem sob a perspectiva da nova sociologia econômica, as relações estabelecidas entre os atores sociais e o mercado.

Voltamos a discussão que tínhamos iniciado, anteriormente, quando abordamos a questão da racionalidade. Bazernan (1994), *apud* Tenbrunsel (2004), adverte que a racionalidade econômica tem sido há muito tempo a estrutura fundamental do estudo formal de tomada de decisões. Entretanto, os pressupostos da ação racional não se mostraram particularmente úteis na descrição da escolha real ou comportamento decisório de indivíduos. Os tomadores de decisão reais se comportaram de maneira que se desviavam das previsões de modelos econômicos, tomando decisões que não eram “Pareto eficientes” e foram inconsistentes em suas escolhas ou tomaram decisões baseados em aspectos irrelevantes. Assim sendo, na perspectiva da racionalidade econômica, esses erros eram atribuídos a ignorância, à falta de incentivos corretos ou a preferências não reveladas (TENBRUNSEL, 2004). Essa consideração pode, em certa medida, contemplar explicações sobre as decisões dos agricultores familiares em Arroio do Tigre/RS não optarem, exclusivamente, por culturas agrícolas voltadas somente para a comercialização. A condição não-econômica que faz parte da sua tomada de decisão pode explicar os produtos cultivados para o autoconsumo das famílias, mesmo que não viáveis financeiramente são produzidos ou para sua reprodução ou pela necessidade de um compromisso com outro indivíduo, já firmado anteriormente. Outros autores como Edwards

(1954), Bell et. al (1988) , Tversky e Kahneman (1973) são citados por Tenbrunsel (2004) como pesquisadores que contribuíram para esta teoria. Ramos (1989), Motta (1991), Chiavenato (2000), Donaldson (1999) circundam contribuições tanto sobre os fundantes da teoria como da sua aplicabilidade.

Max Weber (1864-1920) foi um dos importantes clássicos que conduziram estudos sobre a racionalidade. A concepção weberiana sob a racionalidade sugere a adequação dos meios aos fins. Para ele, uma organização é racional se os meios mais eficientes são escolhidos para a implementação de metas. Para Marsden e Townley (2004, p. 36) “a racionalização trabalha eliminando dos negócios aqueles elementos humanos e emocionais que escapam ao cálculo”. Essa reflexão é realizada em função do modelo burocrático de organização. Trazendo para o campo da gestão das unidades de produção familiar o uso de métodos puramente técnicos, na escolha das distintas alternativas, podem contemplar esta análise, isto é, baseada em critérios de custo de produção baixos e uma margem de lucro considerável, não levando em conta questões subjetivas, muito implícitas e relevantes na gestão das famílias agricultoras.

A teoria das decisões de Herbert Simon afirma que a organização (nesse caso, entendida como a família rural), está permeada de decisões e ações. O tomador de decisão (chefe da família) está inserido em uma situação (aspectos que afetam sua decisão, às vezes, fora de seu controle, conhecimento ou compreensão) pretende almejar objetivos (meta de suas

escolhas), tem preferências pessoais (critérios) e segue estratégias (curso de ação) para alcançar resultados (consequência). Para um agricultor seguir uma estratégia, deve abdicar outras que surjam como alternativas, assim sendo, existe sempre um processo de seleção, ou seja, de escolha de alternativas. O processo de seleção pode ser uma ação condicionada (como a dos fumicultores de fumo tipo Virgínia, pois já dispõe de todo ativo imobilizado) ou produto de raciocínio, planejamento ou projeção para o futuro (família investir no turismo rural ou outra atividade até então não realizada na propriedade). O tomador de decisão escolhe uma alternativa entre outras, isto é, os meios adequados para conseguir certo objetivo - na concepção de Chiavenato (2000) sobre a teoria de Simon – sendo que a decisão é racional.

Nesse foco analítico, utilizamos Chiavenato (2000) para afirmar que a racionalidade (de Herbert Simon) é compreendida na escolha dos meios (estratégias) adaptados para obter determinados fins (propósitos), no intuito de alcançar os melhores resultados. No entanto, as pessoas (agricultores) comportam-se racionalmente apenas em função daqueles aspectos da situação que conseguem perceber e tomar conhecimento (cognição). Os demais aspectos da situação que não são percebidos ou não são conhecidos pelos agricultores (embora existam na realidade) não interferem em suas decisões, em outras palavras, os agricultores tomam decisões racionais (adequação dos meios-fins) apenas em relação aos aspectos do contexto que conseguem perceber e interpretar.

As ciências sociais tem se debruçado nas teorias da administração, principalmente, em três contribuições; a) teoria da decisão de Simon; b) teoria da cibernética de Norbert Wiener e c) a Teoria da ação de Parsons. Buscamos tomar conhecimento dos trabalhos do sociólogo Talcott Parsons, na década de 50 e 60, que tiveram grande influência no campo das ciências sociais, o qual teve por objetivo integrá-lá em um abrangente trabalho. Segundo Bottomore e Nisbet (1980), os estudos envolveram os traços simbólicos da estrutura social, a racionalidade da ação, o papel das intenções dos agentes nas motivações das atividades econômicas e políticas, os aspectos institucionalizados e difusos de ação, bem como construiu um estudo sistemático do comportamento humano em seu contexto social o qual marcou grande influência nas ciências sociais, a partir desse momento. Sua primeira obra - *A Estrutura da Ação Social* - revisou toda a produção de alguns influentes, principalmente, como Max Weber, Vilfredo Pareto e Émile Durkheim, tendo como fundante o propósito de dar forma a sua teoria da ação que se fundamenta na ação humana voluntária, intencional e simbólica. O estudo em várias áreas do conhecimento, desde a sociologia até a antropologia forneceu novos rumos de como compreender as ciências sociais na época. A reflexão de Parsons nos auxilia em nossa construção por compreender que não podemos analisar as escolhas dos agricultores por uma única vertente, sem fazer, ao menos, transições dos múltiplos campos do conhecimento. A teoria da ação social apontando aspectos não

mensuráveis da escolha da ação, nesse caso dos agricultores, contribui para apontar como é complexo entender o comportamento dos sujeitos rurais.

Na década de 60, encontramos a teoria da decisão de White (1972) onde exclama para uma visão mais cognitivista sobre o comportamento humano. No mesmo momento, surgem abordagens mais antropológicas conduzidas, por exemplo, principalmente por Godelier e Bourdieu. Ou ainda por visões mais culturalistas tais como a abordagem de Wacquant e Calhoun (1991). O marco teórico construído por Godelier (1976) nos chamou a atenção pela sua posição em demonstrar que a economia na sociedade industrial emerge como um sistema autônomo (ou quase), com suas próprias leis de funcionamento impedindo o reconhecimento da lógica das sociedades não estritamente capitalistas onde as variáveis exógenas interferem do exterior na reprodução das condições econômicas da existência social. Em outras palavras, o autor pretende demonstrar que no interior das sociedades não capitalistas, a economia não ocupa o mesmo lugar e, desse modo, não assume as mesmas formas e modo de desenvolvimento, ou como Abramovay (1992) salienta, é a tentativa de elucidar o comportamento do agricultor familiar que, muitas vezes, o afasta da lógica capitalista da maximização de lucro.

Certas ações dos agricultores são movidas por interesses não ligadas a ações estritamente econômicas, pois podem, por exemplo, contemplar o processo produtivo baseadas na amenização de conflitos, nas relações sociais

internas, sob determinada forma de gerir ou executar uma tarefa. As barreiras impostas pelos integrantes da família conduzem certa dificuldade e reduz o leque de escolhas, caso ele antever possíveis consequências negativas nessa alternativa. Mesmo, o agricultor estando, em parte, voltado para a lógica econômica ele leva em considerações aspectos elementares que vão determinar a harmonia do grupo familiar, muito importante para o futuro da unidade de produção.

Godelier (1976) afirma que é a partir de um sistema de representações, que os indivíduos e grupos, integrantes de uma sociedade, formulam seu processo, pois é a partir destas representações que eles atuam sobre o meio. O que subtraímos das reflexões do autor é que as representações dão sentido a certos comportamentos e a intenções sobre a natureza que para um observador de outra realidade pode parecer totalmente irracional. A realidade que pretendemos demonstrar com as familiares agricultoras pode estar vinculada a ideia de Godelier (1976, p. 55) onde pressupõe que: “Todo programa de desenvolvimento econômico que não leve em conta o conteúdo exato das representações tradicionais que uma sociedade formula de seu meio se expõe aos mais graves desastres”. O autor exemplifica isso pelos numerosos fracassos nos países subdesenvolvidos, que agora, denominamos países em desenvolvimento.

Para compreender as condutas dos indivíduos e dos grupos no interior desses sistemas e explicar as formas de medir a eficácia real de suas intervenções no sistema é

necessário, segundo Godelier (1976) levar em consideração a transparência e a opacidade das propriedades dos sistemas sociais. Surge, então, o problema do papel da ação consciente humana na evolução dos sistemas sociais, isto é, o problema da relação entre racionalidade inintencional dos indivíduos e racionalidade intencional da evolução dos seus sistemas, da evolução da história.

Essas distintas racionalidades são explicadas em Godelier (1968); a primeira – racionalidade intencional – salienta que o comportamento dos atores ou agentes, em um sistema social ou administrativo, devem ser racional, isto é, aquilo que tem por propósito a razão, a sua forma, os procedimentos, objetivando atingir determinados fins para os quais concorrem os meios específicos. Nessa visão, entendemos que a compreensão dos fenômenos por uma análise da realidade ou interesse de compensação. A racionalidade inintencional entende que o sistema é racional, pois funciona na lógica da adequação dos meios aos fins, em um sentido de uma propriedade imanente, seja por meio da concorrência imperfeita ou pela funcionalidade e do equilíbrio inerentes. Nessa lógica, a ação é condicionada pelo sistema. Desse modo, quanto menor o grau de liberdade, menor será as ações inintencionais.

Tomamos como exemplo, o setor fumageiro, a avicultura e a fruticultura, setores em que o arranjo da indústria é mais direto e fundamentado em acordos de metas, o processo de industrialização deixa pouco espaço de liberdade aos agricultores e tende a transformá-los em empresários familiares, que perdem

muito de sua condição camponesa (PLOEG, 2008). Entretanto, mesmo em segmentos em que a coordenação da indústria é mais flexível, os patamares de escala tendem a ser necessários para permitir a competitividade, seja via produtividade física/ha, seja via redução de custos de produção, sempre na lógica de diminuição da vulnerabilidade aos efeitos das variáveis naturais. Para Reardon et al. (2009), a permanência da competitividade da produção em pequena escala depende dos laços dos agricultores com os mercados locais e regionais, e da inexistência no mesmo setor de produção de unidades que operem em grande escala.

A análise de Ploeg (2008) paira sobre esse complexo e abrangente processo de industrialização que confere um contexto em que os preços agrícolas descendentes comprimem os agricultores, que, para resistir, muitos procuram trilhar um caminho que os afaste o máximo possível dos impérios alimentares. Assim, a exigência de escala de produção e um sistema altamente dependente de insumos industriais, têm originado graves problemas ambientais, causando enorme impacto sobre a qualidade dos recursos naturais disponíveis aos agricultores e suas famílias. A poluição dos recursos hídricos, inclusive dos lençóis freáticos mais profundos, e a contaminação dos alimentos, associadas à pressão do Estado, que responsabiliza os agricultores pelos problemas ambientais, criam um contexto em que proliferam estratégias de resistência a esse modelo industrial de agricultura. Essas estratégias estão inseridas no que Ploeg (2008, p. 23) denomina de processo de

recampesinação: “uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência. A condição camponesa não é, definitivamente, uma condição estática. Ela representa uma linha através do tempo, com movimentos ascendentes e descendentes”.

Dentre os autores, Wacquant e Calhoun são os sociólogos que inserem a noção de cultura no debate na racionalidade. Debruçados na teoria da ação racional, Wacquant e Calhoun (1991) criticam que esta não fornece uma base sólida e rigorosa para uma teoria geral da sociedade. Os autores interpelam para uma análise mais pormenorizada para falar de comportamento das pessoas frente a determinadas estratégias:

Não basta, contudo, ‘injetar’ na RAT [Rational Actor Theory] um pouco de cultural ou de simbólico para escapar às suas ilusões. Sabe-se que uma análise realizada segundo o modelo parsoniano, que faz da cultura o quadro dos valores e das normas determinantes dos objetivos das ações, invocável frequentemente de modo circular para explicar todo e qualquer tipo de comportamento observado, é igualmente pouco esclarecedora. Para evitar essa armadilha normativista, Ann Swidler (1986, p. 273) sugere conferir à análise da cultura uma dimensão estratégica, reconceitualizando-a como ‘um arsenal de símbolos, histórias, rituais e visões de mundo que as pessoas podem utilizar segundo diversas configurações para resolver diferentes tipos de problemas’. A análise causal das condutas consiste então em mostrar como a cultura fornece aos atores os ‘elementos pré-fabricados’ a partir dos quais eles elaboram suas estratégias. Malgrado suas intenções, tal abordagem não nos permite escapar dos impasses do individualismo instrumentalista da RAT, já que tende a

reduzir a cultura a um simples meio de ação, em vez de fazer dela um fator constitutivo ou estruturante das práticas. Embora recorra aos trabalhos de Bourdieu, Ann Swidler parece não perceber que a noção de estratégia cultural que este põe em jogo não pressupõe a intencionalidade consciente e a razão calculadora, bem como o desdobramento de estratégias individuais (Bourdieu, 1980, 1988). Essas 'estratégias sem autor', sugeridas pela relação biunívoca entre o habitus e o campo, são, por definição, transubjetivas e já estão inscritas, como potencialidades materiais e simbólicas, no sistema das relações de força objetivas (WACQUANT E CALHOUN, 1991, p.85).

Nesse sentido, Swidler (1986), propõe inserir a cultura em três momentos: a) oferece uma imagem da cultura como um campo de símbolos, histórias, rituais e visões de mundo, que as pessoas podem usar em diferentes configurações para resolver diferentes tipos de problemas; b) para analisar os efeitos da cultura casual, centra-se em "estratégias de ação", as formas persistentes de ordenar medidas através do tempo; c) por último, o autor interpreta que a cultura casual não termina na definição de ação, mas no fornecimento de componentes culturais que são usados para construir estratégias de ação.

A análise da cultura na perspectiva sociológica insere ao campo de estudo, uma visão menos pragmática do comportamento humano no que se refere a escolher determinada opção na sua reprodução social. Talvez, a cultura é um dos aspectos determinantes que explicam as atitudes das famílias agricultoras, mediadas, por uma forte influência do ambiente externo quanto do interno, mas atreladas a

paradigmas legitimamente construídos em suas gerações antecedentes. Em Arroio do Tigre/RS, a existência de italianos e alemães que habitaram e desenvolveram a região, é um exemplo do que estamos falando. Ao ser "italiano" ou "alemão" vem carregado de certos pré-conceitos em relação a determinados comportamentos, compreendidos como consagrados, independentemente da construção do indivíduo em questão. Essa "rotulagem" carrega uma visão unilateral e prescritiva de que toda família dessa origem tem determinado comportamento, o que nem sempre se torna verídico. Ou talvez, como melhor define DiMaggio (1990, p. 167) "na minha perspectiva, o termo 'cultura' diz respeito à cognição social, ao conteúdo e às categorias do pensamento consciente e a tudo aquilo que tomamos por certo".

O caráter transversal das teorias nos permite trazer à tona a teoria da contingência, pois acreditamos que não existe nada de absoluto nas decisões, assim sendo, tudo é relativo. Segundo Chiavenato (2000), nessa teoria tudo depende, sendo que existe uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas necessárias para o alcance eficaz dos objetivos da organização. Nesse campo de compreensão, as variáveis ambientais são variáveis independentes, enquanto as técnicas administrativas são variáveis dependentes dentro de uma relação funcional. No entanto, não existe causalidade direta entre essas variáveis, pois o ambiente não causa a ocorrência de técnicas administrativas, mas uma relação funcional entre elas, ou seja, precede-se

a relação “se-então”: se a variável independente for assim, então as técnicas administrativas deverão ser também. O reconhecimento, diagnóstico e adaptação à situação são essenciais para esta abordagem, mas não suficientes, pois precisam ser constantemente identificadas e adequadas ao contexto.

A teoria da contingência oferece elementos para reflexão da gestão das propriedades pelos agricultores, uma vez que, a análise do “se-então” é usada constantemente nas suas decisões. Percebe-se que as condições de preço, de mercado, de clima, de negociação são algumas das condições externas que influenciam, particularmente, na tomada de decisão do agricultor em cultivar ou não determinado produto agrícola. Essas contingências externas, como denominam Chiavenato (2000), podem oferecer oportunidades e imperativos ou restrições e ameaças que influenciam a estrutura da unidade de produção e os processos internos. Na visão de Donaldson (1999) existem diversos fatores contingenciais tais como estratégia, tamanho e incerteza com relação a tecnologia e às tarefas. Essas particularidades refletem a influência do ambiente em que a propriedade rural está inserida, sendo que para ser efetiva, ela precisa adequar sua estrutura e seus fatores contingenciais e de tal modo ajustando-se ao ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias de reprodução social das famílias agricultoras estão relacionadas a um sistema complexo e contraproducente que, na

maioria das vezes, não dependem unicamente de sua pretensão racional. Ou ainda como complementa Fialho (2005), os agricultores têm que combinar suas estratégias de reprodução em diferentes dimensões temporais, em certa medida, a lógica de reprodução das famílias agricultoras é guiada pela dinâmica temporal da natureza, em outras palavras, segundo o ciclo da vida: tempo de preparar a terra, tempo de plantar, tempo de cuidar, realizar alguns tratamentos culturais e de espera, e tempo de colher – germinação (gestação), nascimento, vida e morte (FIALHO, 2005).

Na realidade da agricultura familiar de Arroio do Tigre identificam-se três tipos de estratégias de ciclo curto (anual) para o município de Arroio do Tigre/RS, assim sendo:

- estratégia de reprodução principal*: designa a cultura do fumo como a base estrutural das propriedades, servindo como principal orientação financeira e determinando a alocação dos fatores de produção e a presença (em maior ou menor grau) de outros sistemas de produção;
- estratégia de reprodução complementar*: envolvem os produtos agrícolas voltados para a comercialização do excedente como o milho, trigo, feijão e soja (voltado somente para venda) e atividade de pecuária de corte e leite, em alguns casos. A principal função é servir como complementação de renda, consolidando e fornecendo segurança em eventuais dificuldades ou frustrações de safra da atividade principal;
- estratégia de reprodução básica*: tem característica voltada, principalmente, para o autoconsumo da família sendo em raros casos comercializados. Em

determinadas propriedades, dependendo da contingência, pode existir uma transição entre a estratégia de reprodução básica e a complementar.

Por fim, nossa linha sistemática nesse trabalho, dentro das possibilidades, não pretendeu limitar nossa compreensão do espaço rural sob a tangente de uma única abordagem, pois isso, em nossa visão, é cometer um ledão engano ao imaginar que a complexidade e a dinâmica das chamadas estratégias de reprodução social, permitiriam a construção de simples modelos teóricos metódicos ou simplificadores que cabem a qualquer realidade. Portanto, dada às limitações, delimitamos nossa abordagem, sobre a perspectiva das estratégias que envolvem a produção agrícola, ou seja, as estratégias de curto prazo.

NOTAS

ⁱ Doutorando em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

E-mail: ezequielredin@gmail.com

¹ Não é nosso objetivo fazer um estudo exaustivo do termo, muito menos seguir o marco teórico da ciência social aplicada, mas acreditamos importante mencionarmos, pela relevância histórica dos estudos do termo nessa área. Para um estudo mais aprofundado nesse campo do conhecimento, sugerimos a leitura de GHEMAWAT (2007) e NICOLAU (2001).

² Evidentemente, nossa análise não contemplará todas as teorias, autores e significados, bastante ecléticos, diga-se de passagem, que auferem

abordagens predominantemente evocadas em suas áreas específicas. Nossa reflexão, tanto no âmbito das estratégias como, posteriormente, sobre a reprodução, envolverá o contexto observado em nossa investigação no local de estudo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Hucitec, 1992.

ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.1, n.1, pp.66-93, 1986.

BOURDIEU, P. Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 105, 1994.

BOURDIEU, P. O campo econômico. *Política & Sociedade*, n. 6, pp.15-57, 2005.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista NERA (UNESP)*, v. 11, pp.1-12, 2008.

CHAYANOV, A. *La Organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHIAVENATO, I. *Introdução a teoria geral da administração*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

DiMAGGIO, P. Aspectos culturais da ação e das organizações. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. (Eds.). *A Nova Sociologia Econômica: uma ontologia*. Oeiras: Celta, 2003.

DONALDSON, L. Teoria da contingência estrutural. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999. v.1

FIALHO, M. A. V. *Rincões de pobreza e desenvolvimento: interpretações sobre o comportamento coletivo*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2005.

FLIGSTEIN, N. *The transformation of corporate control*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

- FLIGSTEIN, N. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. *Contemporaneidade e Educação*, pp.26-55, 2001.
- FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. The Sociology of markets. *Annu. Rev. Sociol*, 33, pp. 105-128, 2007. Disponível em: <arjournals.annualreviews.org>, Acesso em 20 de abril de 2010.
- GHEMAWAT, P. *A estratégia e o cenário dos negócios*. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora – Artmed Editora S.A, 2007.
- GODELIER, M. *Antropología y Biología. Hacia una nueva cooperación*. Barcelona: Ed. Anagrama, 1976.
- GODELIER, M. Antropologia Econômica. In: COPANS, J. et al. *Antropologia, ciência das sociedades “primitivas”?* Lisboa, Edições 70, 1971.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da Lavoura às Biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GRANOVETTER, M. S. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, v.91, n.3, pp.481-510, 1985. Disponível em: <http://www.journals.uchicago.edu/AJS/>, Acesso em 18 março de 2010.
- GRANOVETTER, M. S. A ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE Eletrônica*, v.6, n. 1, 2007.
- GAZETA DA SERRA. *Arroio do Tigre é destaque no cultivo de Burley*. Arroio do Tigre: Gazeta Grupo de comunicações, 2010.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HAURESKO, C. A racionalidade do sistema de produção agrícola dos camponeses integrados à indústria do fumo. *Revista Guairacá*. n.23, pp.61-81, 2007.
- LÊNIN, V. L. *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Porto: Portucalense, 1972.
- MARINI, M.; PIERONI, O. Relación entre la familia y el entorno social. Tipología de las familias agrícolas en una zona marginal (Calabria). In: ARKLETON TRUST. *Cambio rural en Europa*. Madrid: Coloquio de Montpellier, 1987.
- MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. A Coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Org.). *Handbook de Estudos Organizacionais: ação e análise organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2004. v. 3.
- MOTTA, F. C. P. *Teoria geral da administração: uma introdução*. São Paulo: Pioneira, 1991.
- MULLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- NICOLAU, I. O. *Conceito de estratégia*. Campo Grande: Working paper 01-01, INDEG/ISCTE, 2001.
- PAULILO, M. I. S. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos: O caso de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.
- PINHEIRO, A. C. A.; CARVALHO, M. L. S. *Economia e política agrícolas*. Edições Silabo, Lisboa-Portugal. 2003.
- PLOEG, J. D. V. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- POLANYI, K. *La gran transformación*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.
- REARDON, T. et al. *Agrifood Industry Transformation and Small Farmers in Developing Copuntries*. *World Development*, Vol. 37, N 11, pp.1717-1727, 2009. Disponível em: www.elsevier.com/locate/worlddevelopment. Acesso em 29 dezembro de 2010.
- REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. A condição camponesa revisitada: transformações e permanências. *Revista Isegoria*, v. 01, n. 01, pp.01-28, 2011.
- REDIN, E. Potencialidades agrícolas: Arroio do Tigre em cena. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 15, n. 3, 2011.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. A arte da catira: negócios e reprodução familiar de sitiantes mineiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.22, n. 64, pp.65-74, 2007.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo; globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SIMON, H. *Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1979.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v.16, n.2, pp.7 -34, 2004.

TEPICHT, J. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris, A. Colin, 1973.

TENBRUNSEL, A. et al. Cognições em organizações. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD. W. R. (Orgs.) *Handbook de estudos organizacionais: ação e análise organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2004. V.3.

VINHA, V. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social (*social embeddedness*). *Revista Econômica*, v.3, n.2. 2001.

WACQUANT, L. J. D.; CALHOUN, C. J. Interesse, racionalidade e cultura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.15, ano 6, 1991.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WILKINSON, J. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. Bahia. Hucitec, 1986.

WILKINSON, J. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. *Estudos Sociedade e Agricultura*, pp.147-174, 2002.